

nos problemas sociais tolerados pelas classes dirigentes, mas cujas soluções inspiram as mais diversas opções tanto no campo econômico como no campo político.

JANUÁRIO FRANCISCO MEGALE.

* * *

*

SEYFERTH (Giralda). — *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim. Um estudo de desenvolvimento econômico.* Editora Movimento. Porto Alegre. 1974.

A Autora explora em sua introdução, generalidades inerentes a uma obra científica dessa natureza, como a área geográfica, a procedência dos imigrantes, os critérios terminológicos utilizados para identificar uma sociedade camponesa calcados em antropólogos como G. M. Foster, R. D. Firth, R. Redfield, E. Wolf e T. Shanin. Existem inúmeros conceitos para sociedades camponesas, mas, porque o termo camponês é bastante vago e ambíguo e sua conceitualização depende muito do intento do analista, a Autora empregou e adaptou os critérios propostos por Shanin.

No capítulo II, reservado ao povoamento do Vale do Itajaí-Mirim, historia a imigração alemã no Brasil com os seus insucessos iniciais até 1860, ano em que foi fundada a Colônia Itajaí-Brusque, a qual abrangia principalmente toda a extensão territorial ao longo do Vale do Rio Itajaí-Mirim (tributário do Rio Itajaí-Açú, rio principal da bacia hidrográfica do Vale do Itajaí), fragmentada hoje em Municípios de Brusque, Guabiruba, Botuverá e Vidal Ramos, concentrando a Autora suas pesquisas nos dois primeiros, pois ali houve a concentração de levas de imigrantes alemães, propriamente dito, enquanto Botuverá, Vidal Ramos e ainda Nova Trento, no Vale do Tijucas (também integrante da Colônia Itajaí-Brusque) foram imigrantes italianos. Analisa o povoamento do Vale do Itajaí-Mirim em relação ao sistema *Waldhufen* (Colonização da região montanhosa do leste da Alemanha no final da Idade Média: o tipo de povoamento chamado *Waldhufen*, p. 47). A distribuição das propriedades em lotes alongados, segundo a Autora (p. 48) é que faz o sistema de povoamento assemelhar-se muito à *Waldhufendorf*, característica da colonização medieval da Floresta Negra, Odenwald, leste da Mittelgebirge e em partes das florestas das terras baixas do norte da Alemanha. Rica a explanação em torno desse sistema colonizatório, enfocando detalhes terminológicos da estrutura agrária camponesa medieval, como, por exemplo, *Marschlufendorf*, *Flur*, *Gewanne*, *Haufendorf*, *Strassendorf*, *Flurzwang*. A Autora explica (p. 54), que a tradição histórica do campesinato alemão, o tipo de povoamento que prevaleceu no Vale do Itajaí-Mirim, o isolamento e a adequação de novas técnicas agrícolas ligadas ao cultivo em

um novo *habitat*, o cultivo de plantas nativas em substituição às européias e um novo tipo de comércio, foram fatores relevantes na formação dessa comunidade camponesa. Nela, dois elementos importantes se destacam: de um lado, a pequena propriedade agrícola (colônia) e o grupo doméstico constituindo a unidade econômica; de outro, a vila, constituindo o “mundo do Camponês”. A exploração do lote colonial se caracterizou pela policultura e pelo uso de técnicas agrícolas peculiares ao sistema de coivara; sendo que o milho, a mandioca, a cana-de-açúcar e o tabaco forneciam o excedente de produção para ser trocado ou vendido nas *Kaufläden* (vendas); ficando os outros exclusivamente para a subsistência, a saber: o feijão-preto, o taiá, a batata-doce, o amendoim, o aipim e as colheitas da horta, onde cultivavam os legumes e, próximos à casa, árvores frutíferas que se destinavam ao consumo doméstico. Houve pouca, quase insignificante criação de animais, por outro lado, a indústria doméstica — os engenhos de açúcar e cachaça, a produção do fubá e farinha de mandioca nas atafonas, a manufatura de charutos, a produção de vinhos, banha, derivados do leite e de um doce de frutas pastoso, chamado *Mus*, constituíram as principais atividades rotuladas por Seyferth (p. 67), como “indústria doméstica” — teve excelente incremento. Neste assunto, a Autora explora estatisticamente, baseada em relatórios da época, a produção, descreve o fabrico de alguns produtos, analisando até a divisão do trabalho na Colônia.

A Vila (de Brusque) é o segundo elemento importante que caracterizou a comunidade camponesa do Itajaí-Mirim no século XIX (p. 54 a 83). O colono não ficava isolado na sua propriedade: ele mantinha suas atividades sociais e econômicas com seus semelhantes através das relações sociais estabelecidas na vila; ali ficavam as capelas, as escolas, a sede da *Schützenverein* (Sociedade de Caça e Tiro), a administração, o ancoradouro, o cemitério, acreditando Seyferth que talvez por isso não era chamada de *Dorf* (aldeia) mas sim de *Stadtplatz* (de *Stadt*, cidade e *Platz*, lugar). A vila era ao mesmo tempo, aldeia e cidade.

O capítulo IV é dedicado ao estudo do comércio colonial onde se destacam os vendedores, isto é, os proprietários de casas comerciais, as *Kaufläden* (vendas). Os vendedores, um pequeno grupo de pessoas, monopolizavam o transporte e o comércio. Os colonos vendiam ou trocavam suas mercadorias por produtos trazidos das cidades que eram necessários à sua subsistência. Um quadro bastante triste esse de monopólio, subordinando o colono ao vendedor, e, como Seyferth afirma (p. 102) — “O imigrante começava suas atividades como colono e pequeno proprietário devendo ao vendedor”. Os colonos não tinham outra alternativa quanto à colocação dos seus produtos no mercado e à aquisição daquilo que necessitavam. As atividades dos vendedores não se limitavam unicamente ao comércio e conseqüente monopólio dos transportes e preços. Havia um outro fator, segundo Seyferth, (p. 109) não menos importante, que deixava os colonos dependentes deles: eram os comerciantes que financiavam e exploravam boa parte da pequena indústria

ligada à lavoura (engenhos e atafonas e, já no princípio do século XX, também as fecularias) e as serrarias. Toda poupança do colono, excetuando aquela que era destinada a melhorar a propriedade, acabava nas mãos dos vendedores para ser guardada por ele, funcionando a venda como banco dos colonos, entretanto, diferia desse tipo de instituição em um aspecto importante: não era o colono que recebia juros pelas importâncias depositadas na venda; o colono pagava pelas importâncias depositadas na venda. No último capítulo a Autora traz uma importante contribuição à elucidação do aparecimento da industrialização de Brusque, contestando Emílio Willens que acreditava na origem artesanal das indústrias. A realidade, levantada pela Autora é outra. No início da colonização o artesanato era apenas uma atividade suplementar dos colonos, forçados a depender de uma economia estritamente familiar. Pela exposição dos fatos a Autora exclui a hipótese do artesanato ter gerado ou até contribuído para a industrialização. A implantação da indústria têxtil em Brusque a partir de 1892 teve como fator relevante a tentativa do Sr. Carlos Renaux de produzir e revender tecidos em sua venda, fabricados por ele mesmo. Como vendeiro desde 1883 tinha condições de garantir um mercado seguro. Ainda dois aspectos que marcaram a implantação da indústria têxtil dizem respeito ao capital investido à mão-de-obra empregada. Os vendedores eram os únicos que tinham condições de acumular vasto capital. A presença de tecelões poloneses de Lodz na colônia que foram convidados pelo Sr. Renaux a trabalhar na instalação da indústria foi coincidência fortuita. Três causas segundo os estudos de Seyferth (p. 127) foram as causas determinantes da industrialização de Brusque com base na tecelagem: a existência de capital local garantido pelo comércio; a potencialidade de um mercado consumidor na região; e existência de mão-de-obra aproveitável entre os agricultores reforçada pela presença de alguns artífices especializados na fabricação de tecidos, que funcionaram como orientadores das demais. É importante ainda atentarmos para as duas fases ocorridas no processo de desenvolvimento econômico de Brusque, após o início da industrialização: a primeira, que abrange o período de 1892 a 1930, se caracteriza pela predominância da atividade agrícola sobre a industrial. O número de operários ainda não é muito grande em relação aos agricultores. A segunda fase da economia brusquense é marcada pela predominância das atividades industriais sobre as agrícolas, a partir da Segunda Guerra Mundial. A proletarianização é maior, sentida através dos expressivos aumentos que de 1.561 operários em 1937 passaram a 3.680 em 1950. O livro, além de uma valiosa contribuição traz uma nova concepção de estudos históricos científicos, com base técnica em Antropologia, possuindo uma visão global da economia, das mudanças ocorridas analisadas com ótica imparcial, impessoal e calcadas em fatos, constituindo-se num excelente trabalho, indispensável para os cientistas sociais brasileiros.